

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.302 - MS (2018/0250401-1)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : CLAUDIA ELAINE NOVAES ASSUMPÇÃO PANIAGO E
OUTRO(S) - MS007342
AGRAVADO : HELDER PEREIRA DE FIGUEIREDO JUNIOR
ADVOGADOS : ANDREI MENESES LORENZETTO E OUTRO(S) - MS010974
CARLOS ALBERTO ALMEIDA DE OLIVEIRA FILHO -
MS012353A
THIAGO DE ALMEIDA INÁCIO - MS011807

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. MANDADO DE SEGURANÇA. LEILOEIRO PÚBLICO. CREDENCIAMENTO. LAPSO TEMPORAL FLEXIBILIZADO EM CASO ANÁLOGO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA OU IGUALDADE. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".
2. O acórdão recorrido, ao afastar a pretensão do recorrente, amparou-se em fundamento constitucional suficiente, por si só, para mantê-lo, o que afasta a possibilidade de revisão de suas premissas pelo Superior Tribunal de Justiça.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator